

Suplemento

Arqueologia

As matrizes prediais rústicas de Lousada (1899-1934) e o estudo do paleopovoamento proto-histórico do território: o caso do Castro de Boim.



Partindo das matrizes prediais rústicas, importante repositório de informação arqueotoponímica fixado na realidade predial local, apresenta-se o roteiro metodológico utilizado para a determinação física do Castro de Boim, uma estação arqueológica inédita no contexto dos espaços de habitat protohistóricos identificados para o território de Lousada. A abordagem, não sendo inovadora ou sequer original no contexto local, reforça, todavia, o significativo potencial que subsiste nesta documentação de registo predial elaborada entre os finais do século XIX e primórdios do século XX, cuja abrangência municipal permite uma leitura do território e dos seus arqueossítios anterior às grandes transformações paisagísticas operadas a partir dos anos 70 do século XX.

Texto e fotografia

Manuel Nunes
Arqueólogo
manuel.nunes@cm-lousada.pt

Paulo Lemos
Arqueólogo
paplemos@gmail.com

Da análise das descrições matriciais foi possível arrolar um conjunto significativo de registos arqueotoponímicos, incluindo alguns relacionados com sítios de habitat proto-históricos já identificados pela ciência arqueológica (Sousa, 2022:48-87). Desta relação entre a lexicologia, a geografia e a arqueologia resultaram, ainda, outros dados, alguns inéditos, como é o caso de uma referência expressa, mas inusitada, à existência no aro administrativo da freguesia de Boim, de um provável assentamento proto-histórico.

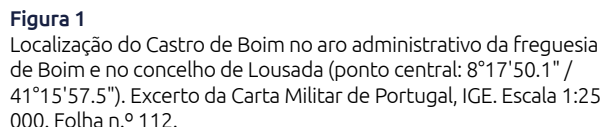


Figura 2
Imagem da matriz
n.º 708 do livro das
matrizes prediais
rústicas da freguesia
de Boim (JMCL, 1899-
1934).



Figura 3 Perspetiva sudeste do cabeço do Castro de Boim.

A referência surge descrita no livro das matrizes prediais rusticas da freguesia de Boim, na descrição matricial n.º 708 relativa às propriedades da Quinta da Costa, neste caso a Quinta Costa Nova, situado à face da rua da Costa (JMCL, 1899-1934, matriz n.º 708). Neste artigo predial, associado a uma parcela agrária, encontra-se descrito o “Campo do Crasto” com 11.610 m², que em 1899 era propriedade de Luiz Otto Burmester, da Casa da Costilha, à qual pertencia a Quinta da Costa. Ora, tendo em conta que “castro” (ou crasto) é o nome que designa um povoado de altura, com distintos tipos de implantação topográfica e cronológica (Alarcão e Barroca, 2012:89), procurou-se, a partir desta referência inicial, validar a informação recorrendo em

primeiro lugar às fontes documentais anteriores ao século XIX-XX.

A primeira menção conhecida ao arqueotopónimo *crasto* na freguesia de Boim data de 1593 e surge referida no prazo do Casal da Costa de Cima, foreiro do Mosteiro d’O Salvador de Paço de Sousa. Nesse documento encontramos as seguintes referências microtoponímicas que lhe aludem: “Poço do Crasto” e “Outeiro do Crasto”. Esta última expressão é particularmente interessante pelo facto de incluir uma referência topográfica associada a uma elevação – *Outeiro* – o que aponta para um espaço com ocupação antiga implantado em altura, validando, portanto, a significação arqueológica do topónimo. Mais adiante, no mesmo documento, encontramos novo apontamento contendo uma alusão ao referido *crasto*, sugerindo tratar-se de uma área florestal e inculta “(...) e no Crasto tem carvalhos novos e pode pôr quantos quiser (...)” (ADP, Lv. 4947, fl. 570).

¹A designação usual é *Castro* ou *Crasto*, pelo que a redação *Crasto*, sintetizando as duas designações, poderá resultar de um erro de redação do escrivão ou uma fonética incorreta da parte do proprietário no momento do registo.

Ainda no século XVI, a 27 de fevereiro de 1595, no prazo do Casal de Carcavelos (hoje na freguesia de São Lourenço de Pias) que era foreiro do Mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave (ADP, K./16/2-1, fl. 149v), encontramos novas referências a este microtopónimo: “Leira do Crasto” e “Leira de Riba-do-Crasto”. Muito mais tarde, já no século XVIII, a 2 de abril de 1729, um novo contrato de emprazamento do casal de Carcavelos apresenta nova referência à aludida “Leira do Crasto” (ADP, Lv. 76, fl. 489).

O registo, desde o século XVI, de sucessivas referências documentais ao topónimo predial *crasto* na freguesia de Boim, sugere o reconhecimento histórico desse espaço de paleohabitat, cujos vestígios materiais devem, em séculos anteriores, ter sido mais perceptíveis e evidentes do que na atualidade, a ponto de se perpetuar na toponímia local como um marco cultural e geográfico. A partir destes dados, e triangulando as referências toponímicas a um possível arqueossítio com a realidade geográfica e orográfica da freguesia, foi possível reduzir a um único local da freguesia o número de espaços a prospetar fisicamente. E foi precisamente nesse cabeço, no lugar de Arcas, e por isso também conhecido como “monte das Arcas”, com 294 metros de altitude, uma amplitude paisagística de 360º, cume aplanado e declives relativamente acentuados nas vertentes sul, sudoeste e nordeste, que foram detetados vestígios ceramológicos de superfície que permitiram localizar e identificar o assentamento humano – o Castro de Boim –, possivelmente do tipo povoado, de cronologia proto-histórica, a

que historicamente aludia a microtoponímia da freguesia. No sopé do Castro de Boim, a nordeste, encontra-se a nascente da ribeira de Boim que acompanha o perfil da elevação ao longo das vertentes voltadas a sul e sudeste. Na atualidade, a parte norte do *plateau* do povoado encontra-se ocupado por habitações e infraestruturas de abastecimento de água, facto que impede uma perceção mais assertiva de eventuais vestígios dispersos pela superfície. A área que se mantém inalterada do ponto de vista topográfico sofreu, também ações de plantio de eucalipto e remodelações de terreno por via da criação de acessos viários.

Relativamente aos vestígios materiais detetados, o conjunto é composto por cinco fragmentos cerâmicos, todos de produção manual, quatro dos quais correspondendo a bordos, de duas peças diferentes, tratando-se o remanescente de um fragmento de pança, que não permite colagem com os restantes. O fragmento de pança apresenta coloração acinzentada, cozedura regular, sendo possível identificar, macroscopicamente, quartzo, feldspato e mica, de pequenas dimensões, como constituintes da pasta. As superfícies são ambas alisadas, apresentando o fragmento 0,9 cm de espessura máxima. Quanto aos fragmentos de bordo, apesar da reduzida dimensão, parecem ter pertencido a recipientes do tipo pote. Um dos conjuntos apresenta coloração cinza mais escuro nas superfícies, sendo o cerne ligeiramente mais claro. Como constituintes da pasta distinguem-se, macroscopicamente, os mesmos do fragmento anterior. As superfícies surgem mal alisadas,

Figura 4 Aspeto da cumeada aplanada do Castro de Boim, a partir de este.



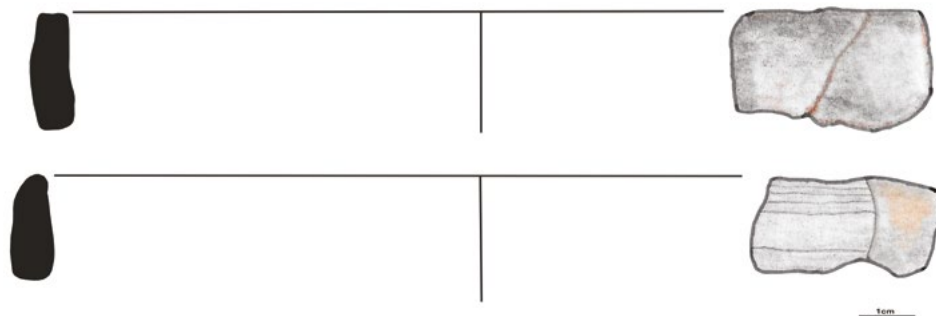


Figura 5

Representação gráfica dos bordos identificados no conjunto cerâmico recolhido no Castro de Boim (©Sara Almeida e Silva)².

algo rugosas. O bordo apresenta lábio ligeiramente arredondado, variando a sua espessura entre 0,6 e 0,7 cm. A peça apresenta um diâmetro de bordo com 15,6 cm.

Finalmente, os outros dois fragmentos apresentam a superfície externa em tons de cinza, variando entre o mais claro e o mais escuro, a superfície interna castanha alaranjada e o cerne castanho, revelando uma cozedura menos homogênea do que os restantes fragmentos. A superfície externa surge com ligeiras caneluras horizontais, resultantes, muito provavelmente, do tratamento de superfície aplicado, com recurso a uma escova. Na superfície interna não terá sido aplicado nenhum tipo de tratamento. No que respeita aos constituintes, estes fragmentos apresentam os mesmos já identificados. Estes dois bordos possuem lábio arredondado, com espessura a variar entre 0,6 e 0,8 cm. A peça apresenta um diâmetro de bordo com 16 cm.

As pastas dos fragmentos descritos inserem-se num grupo que podem ser designadas como areno-micáceo, passível de se enquadrar no período da Proto-História. Não correspondendo ao tipo de cerâmica mais comum da Idade do Ferro, com abundantes micas à superfície, estes fragmentos poderão, com as devidas reservas, enquadrar-se no rol de materiais cerâmicos produzidos entre o final da Idade do Bronze e os primórdios da Idade do Ferro, portanto entre o I milénio e os séculos VI-IV a.C., sendo esta última baliza cronológica coeva das primeiras evidências ocupacionais pré-romanas detetadas na acrópole do Castro de São Domingos, abrangendo as denominadas Fases IIA e IIB da “cultura dos castros” (Silva, 1986: 65-66).

²Agradecemos à Dra. Sara Silva o apoio na classificação e descrição do espólio.



Figura 6 Fotografia do conjunto cerâmico resultante de recolha de superfície no Castro de Boim.

Bibliografia

ADP - Arquivo Distrital do Porto. Monástico-conventual, *O Salvador de Paço de Sousa*, Livro 4947-Mesa Abacial III – *Livro de Tombos dos bens diretos, padroados, comedorias, Jurisdições, Passais, Quintas, Propriedades & de todas as mais cousas que pertencem à Mesa Abacial que foi do Mosteiro de Sam Salvador de Paço de Sousa*, Évora, 1593, fol. 570.

ADP - Arquivo Distrital do Porto. Monástico-conventual, *Mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave*, Mostrador Velho, K/16/2-1, fol. 149.

ADP - Arquivo Distrital do Porto. Monástico-conventual, *Mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave*, Livro 76, fol. 489.

Alarcão, J. e Barroca, M. (2012). *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*. Porto. Figueirinhas.

Decreto de 25 de Agosto de 1881, Regulamento da Contribuição Predial. *Diário do Governo n.º 193/1881*, pp. 232-254.

Decreto de 20 de Janeiro de 1898, Regulamento do Registo Predial. *Diário do Governo n.º 51/1898*, pp. 21-45.

Junta de Matriz de Lousada, 1899-1934. *Livros das Matriz de Prediais Rústicas do Concelho de Lousada*. Freguesia de Boim. Junta de Matriz de Lousada.

Silva, A. C. F. (1986). *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins*, Câmara Municipal de Paços de Ferreira.

Sousa, L. (2022). Paisagem proto-histórica no concelho de Lousada. *Oppidum*, 14, pp. 48-87.